



NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

Folha do IAB

JORNAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 147 - JULHO/AGOSTO - 2018

Quase dois séculos de uma história viva

Homenagens, inaugurações e discurso em defesa da democracia e das prerrogativas do advogado marcam os 175 anos do IAB

PÁGINAS 3 a 6

■ Em editorial, Rita Cortez reafirma a vocação democrática e vanguardista do Instituto
PÁGINA 2

■ Advogados, magistrados e servidores repudiam fusão das Justiças Federal e do Trabalho
PÁGINA 7

■ ENTREVISTA
Kátia Tavares expõe seus argumentos a favor da descriminalização do aborto
PÁGINA 8

Mensagem da presidente

São 175 anos de resistência ao arbítrio, em defesa da liberdade de expressão e dos direitos civis, políticos e sociais, assegurados à cidadania pela Constituição Federal, e de dedicação à construção de uma ordem jurídica marcadamente justa. A história do Instituto dos Advogados Brasileiros se confunde com a da criação dos cursos jurídicos no País e da própria OAB, ou seja, com a trajetória quase bicentenária da advocacia brasileira, sempre a postos para ombrear com a sociedade civil na luta pela preservação da democracia.

175 anos debatendo temas jurídicos de enorme relevância política e social e contribuindo para o aprimoramento da legislação e da prestação da justiça, por meio da produção de pareceres técnicos sobre os mais diferentes ramos do Direito. Os grandes feitos do IAB, tanto no campo jurídico quanto no político, devem-se à pluralidade democrática da sua formação, ao acolhimento respeitoso da divergência de opiniões e ao brilhantismo do seu quadro social, integrado por grandes personalidades da cultura jurídica nacional.

Por todas essas razões, as comemorações pelos 175 anos do IAB foram realizadas à altura das suas tradições acadêmicas e culturais e da posição vanguardista da Casa de Montezuma. Com muito carinho, a Diretoria traçou uma programação que envolveu o passado, o presente e o futuro, em momentos de emoção, beleza e pujança.

A emoção de ver o rábula Luiz Gama ser trazido do passado, numa encenação teatral, para caminhar pelo plenário histórico e bradar pela libertação dos negros escravizados. A beleza do traço de Oscar Niemeyer cunhado na medalha que leva o nome do líder abolicionista, com a qual foram prestadas inesquecíveis homenagens. A pujança do discurso primoroso feito pelo tribuno José Roberto Batocchio, orador oficial do IAB.

O passado, o presente e o futuro estão reunidos, não somente no Centro de Memória, na nova *Revista Digital* e na Escola Superior do IAB recém-criados, mas também nas próximas páginas desta **FOLHA DO IAB**.

Rita Cortez

Os grandes feitos do IAB, tanto no campo jurídico quanto no político, devem-se à pluralidade democrática da sua formação, ao acolhimento respeitoso da divergência de opiniões e ao brilhantismo do seu quadro social

Posses



Ricardo Bacelar Paiva (à esq.) e Antonio Oneildo Ferreira foram empossados por Rita Cortez na sede do CFOAB, em Brasília

A presidente nacional do IAB, Rita Cortez, deu posse como membros efetivos, nos meses de julho e agosto, no plenário, aos advogados Alexandre dos Santos Gonçalves, Ana Carolina de Oliveira Fragoso, André Renato França Barreto, Arnaldo Rodrigues da Silva Neto, Fábio Zambitte Ibrahim, James Walker Neves Correa Júnior, Leonardo Mobarak Andrade Gomes, Leonardo Rzezinski, Marco Antônio César Villatore e Paula Alonso Koatz.

Ricardo Bacelar Paiva, representante do Ceará no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), e Antonio Oneildo Ferreira, diretor-tesoureiro da Ordem, foram empossados por Rita Cortez na sede do CFOAB, em Brasília, no dia 7 de agosto.

Estavam presentes o 2º vice-presidente do IAB, Sydney Sanches; os diretores-secretários Antônio Laért Vieira Júnior e Ana Tereza Basílio; o diretor de Relações com o Interior, Jorge Folena, e a procuradora do Amazonas, Sandra Couto, membro honorário do IAB e chefe da Procuradoria do Amazonas no Distrito Federal.

Expediente

Diretoria Estatutária

PRESIDENTE: Rita de Cássia Sant'Anna Cortez
1º VICE-PRESIDENTE: Sérgio Francisco de Aguiar Tostes
2º VICE-PRESIDENTE: Sydney Limeira Sanches
3º VICE-PRESIDENTE: Adriana Brasil Guimarães
SECRETÁRIO-GERAL: Carlos Eduardo de Campos Machado
DIRETOR-SECRETÁRIO: Antônio Laért Vieira Júnior
DIRETORA-SECRETÁRIA: Ana Tereza Basílio
DIRETORA-SECRETÁRIA: Maira Costa Fernandes
DIRETOR-SECRETÁRIO: Carlos Roberto Schlesinger
DIRETOR FINANCEIRO: Arnon Velmovsky
DIRETOR CULTURAL: Aurélio Wander Bastos
DIRETOR DE BIBLIOTECA: Carlos Jorge Sampaio Costa
DIRETOR-ADJUNTO: Eurico de Jesus Teles Neto
DIRETOR-ADJUNTO: Luiz Felipe Conde
DIRETORA-ADJUNTA: Kátia Rubinstein Tavares

DIRETORA-ADJUNTA: Vanusa Murta Agrelli
ORADOR OFICIAL: José Roberto Batocchio

DIRETORIA EXECUTIVA

ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO TRABALHISTA: João Theotonio Mendes de Almeida Junior
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO PENAL: Victória Amália de Sulocki
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO CÍVEL: André Luís Mancano Marques
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Aristóteles Atheniense
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Luiz Dilemando de Castello Cruz
RELAÇÕES COM O INTERIOR: Jorge Rubem Folena de Oliveira
EVENTOS: Lella Pose Sanches
APOIO ACADÊMICO: Ester Kosovski
APOIO ÀS COMISSÕES: Adilson Rodrigues Pires
PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO: Hariberto de Miranda Jordão Filho
COMUNICAÇÃO: Paulo Maltz

APOIO À ADMISSÃO DE SÓCIOS: Pedro Augusto Guimarães
PROCURADOR-GERAL: Paulo de Moraes Penalva Santos
OUVIDORIA: Mario Antonio Dantas de Oliveira Couto
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO: Márcia Dinis
REPRESENTANTE NAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS: Paulo Lins e Silva
DIRETOR DE SEDE BRASÍLIA: Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Coordenadores Regionais

RIO GRANDE DO SUL: Amadeu de Almeida Weinmann
PARAÍBA: Carlos Pessoa de Aquino
CENTRO-OESTE: João Pedro Ferraz e Passos
SUL CATARINENSE: Sérgio Francisco Carlos Graziano Sobrinho
Av. Marechal Câmara 210, 5º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080
Telefax: (21) 2240-3173
www.iabnacional.org.br | iab@iabnacional.org.br

Acompanhe o IAB nas redes sociais



IABnacional



Folha do IAB

Publicação bimestral do Instituto dos Advogados Brasileiros

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT 13511)

Redação: Ricardo Gouveia

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Tiriba

Fotografia: Arquivo IAB

Impressão: Gráfica Rio DG

Tiragem: 2.100 exemplares

Sessão solene

175 anos são comemorados com homenagens e defesa da democracia



Da esq. para a dir., Adriana Brasil Guimarães, Sidney Sanches, Sergio Tostes, Carlos Eduardo Machado, Rita Cortez, Antônio Laért Vieira Junior, José Roberto Batochio e Luciano Bandeira



A sessão solene em comemoração aos 175 anos do IAB, na noite de 10 de agosto, no plenário histórico, foi marcada pelo discurso feito pelo orador oficial do IAB, José Roberto Batochio, com críticas ao “populismo judiciário” e à violação do direito de defesa e das prerrogativas da advocacia. “Em nome da democracia, da civilização, do ordenamento jurídico democrático arduamente construído ao longo de séculos, quem sabe teremos de idealizar um movimento para assegurar a sobrevivência do direito de defesa, que se mostra claramente em extinção”, vislumbrou o advogado. A sessão solene foi conduzida pela presidente nacional do IAB, Rita Cortez.

José Roberto Batochio, em seu discurso em defesa dos princípios democráticos, disse que “chegamos a um ponto da deformidade institucional derivada do desejo de punir e do denominado populismo judiciário em que não só os acusados em juízo precisam de defesa e proteção legal”, e alertou: “Nós mesmos, os que exercemos a defesa técnica, estamos nos vendo obrigados a invocar, cada vez mais, as garantias individuais e as prerrogativas da advocacia para o desimpedido exercício secular e sagrado ofício”. Ele exaltou “a missão civilizatória” do IAB: “Nesses 175 anos de história, atuamos com a crença inabalável de que, enquanto houver injustiça e iniquidade, continuaremos como avalistas das liberdades e fiéis da legalidade”.

‘Aberração teratológica’

O orador fez duras críticas aos tribunais superiores, principalmente ao Supremo Tribunal Federal, e a me-

didadas como “a aberração teratológica das conduções coercitivas” e a prisão de condenados em segundo grau de jurisdição. A respeito do Parlamento, ao qual está “atribuída a competência de legislar sobre tema instrumental penal”, Batochio disse que “o Congresso Nacional não só se ajoelha, em genuflexão constrangedora, à invasão dos demais poderes em seu território discricionário, como chega, por iniciativa própria, a abdicar de sua atribuição constitucional de elaborar as leis da República”.

A sessão solene foi marcada também pela entrega de comendas, como a Medalha Luiz Gama, criada em 2009. Desenhada por Oscar Niemeyer aos 101 anos de idade, especialmente para o IAB, a medalha, um dos últimos trabalhos do arquiteto, que morreu três anos depois, homenageia os que atuam pelo estado democrático de direito. Nascido em 1830, filho de um fidalgo português com uma escrava, Luiz Gama destacou-se na luta a favor da abolição da escravatura, atuando como rábula. Rita Cortez lembrou que “a história do IAB se confunde com a história de Luiz Gama e sua luta em favor da igualdade e das liberdades democráticas”.

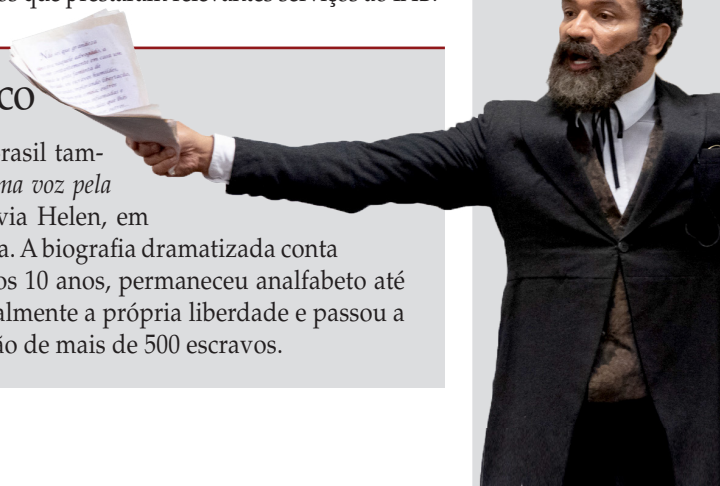
Foram agraciados os ex-presidentes do IAB Ricardo Cesar Pereira Lira, Maria Adélia Campello Rodrigues Pereira, Henrique Cláudio Maués, Fernando Fragozo e Marcello Cerqueira, representado por Vera Cristina Costa Barros Pose, e o advogado Eduardo Maneira, conselheiro da Fundação Oscar Niemeyer. O advogado Nilo Batista foi homenageado com a Medalha Montezuma, concedida aos que prestaram relevantes serviços ao IAB.

Nesses 175 anos de história, atuamos com a crença inabalável de que, enquanto houver injustiça e iniquidade, continuaremos como avalistas das liberdades e fiéis da legalidade

José Roberto Batochio

Luiz Gama ‘discursa’ no plenário histórico

Antes de Batochio subir à tribuna, o maior abolicionista do Brasil também *discursou* no plenário, na encenação da peça *Luiz Gama – Uma voz pela liberdade*, estrelada por Déo Garcez, que encarna o rábula, e Nivia Helen, em vários personagens, entre os quais Luísa Mahin, mãe de Luiz Gama. A biografia dramatizada conta a história do jornalista, poeta e advogado que foi feito escravo aos 10 anos, permaneceu analfabeto até os 17, se tornou um escritor consagrado aos 29, conquistou judicialmente a própria liberdade e passou a atuar na advocacia em defesa dos cativos, conseguindo a libertação de mais de 500 escravos.



Parceria ampliada

Centro Cultural é reativado com instalação da Escola Superior do IAB, que oferecerá cursos preparatórios para o Exame de Ordem. Câmara de Mediação atuará nos conflitos entre advogados e escritórios

“Há uma proliferação de cursos de Direito de baixa qualidade. É preciso que o Conselho Federal da OAB cuide, de fato, do controle do ensino jurídico no País”

Rita Cortez

As comemorações pelos 175 anos do IAB incluíram a instalação da Escola Superior do IAB (Esiab), a criação da Câmara de Mediação de Conflitos entre Advogados e Sociedades de Advogados (Câmara-IAB) e a ampliação da parceria com a OAB/RJ. A Escola Superior da Advocacia (ESA) da Seccional atuará com a Esiab na oferta, inicialmente, de cursos preparatórios para o Exame de Ordem. Posteriormente, serão ministrados cursos de extensão universitária. A Câmara-IAB estará aberta não somente aos consócios, como também aos estagiários e advogados, devidamente inscritos na OAB/RJ, que queiram utilizá-la para solucionar conflitos pertinentes às suas atividades profissionais.

O trabalho conjunto com a ESA e a abertura das portas da Câmara-IAB à Seccional estão previstos nos aditamentos ao Termo de Cooperação entre as entidades assinados pela presidente nacional do IAB, Rita Cortez, e o procurador-geral da OAB/RJ, Fábio Nogueira, que apresentou o presidente, Felipe Santa Cruz. “Estamos pensando grande”, afirmou Rita Cortez, no dia 10 de agosto, ao reativar o Centro Cultural do IAB, na Lapa, Centro do Rio, e nele instalar a Esiab, criada na gestão anterior presidida por Tércio Lins e Silva. A solenidade foi realizada na véspera do 191º aniversário da lei que criou os cursos jurídicos no Brasil. Na ocasião, Rita Cortez afirmou: “Há uma proliferação de cursos de Direito de baixa quali-



Auréli Wander Bastos e Rita Cortez inauguram a Escola Superior do IAB

dade. É preciso que o Conselho Federal da OAB cuide, de fato, do controle do ensino jurídico no País”.

Também estavam presentes na inauguração da Esiab o diretor Cultural do IAB, Auréli Wander Bastos; o secretário-geral, Carlos Eduardo Machado, e o diretor-geral da ESA, Sérgio Coelho, além de dezenas de consócios. “A Escola Superior do IAB vai debater os grandes temas nacionais e criar um ambiente intelectual que não se restringirá aos assuntos jurídicos”, afirmou Auréli Wander Bastos.

Cursos a distância

Fábio Nogueira disse que a parceria entre as duas escolas será importante para o aperfeiçoamento da formação acadêmica dos futuros advogados. Ele propôs o investimento em novas tecnologias que permitam a participação, por meio de cursos a distância, dos que moram no interior do estado. “Se o advogado que vive na capital tem dificuldade de acesso aos bens

culturais, os obstáculos são ainda maiores para os que estão distantes do grande centro”, afirmou.

O diretor-geral da ESA também elogiou a comunhão entre as entidades. “A integração com o IAB vai permitir que seja alcançado um universo maior de advogados, que, no Estado do Rio de Janeiro, são mais de 200 mil, com formações muito distintas”, disse Sérgio Coelho.

Câmara de Mediação

Ao inaugurar a Câmara-IAB, em solenidade no plenário, no dia 9 de agosto, a presidente Rita Cortez, afirmou: “No caso de conflitos envolvendo advogados e escritórios de advocacia, a opção pelo caminho extrajudicial garante celeridade e privacidade às partes e evita o constrangimento decorrente da busca pela solução nos tribunais”. A Câmara-IAB será presidida pelo 1º vice-presidente, Sergio Tostes, e funcionará com mediadores indicados pela Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, também presidida por ele.





Da esq. para a dir., Leila Pose Sanches, Adriana Brasil Guimarães, Fábio Nogueira, Rita Cortez, Sergio Tostes, Antônio Laért Vieira Junior e Duval Vianna

Sergio Tostes elogiou a iniciativa da presidente Rita Cortez de criar a Câmara-IAB e falou sobre as vantagens que serão proporcionadas pelo espaço destinado à mediação de conflitos. “Pela natureza da profissão, os advogados lidam com informações confidenciais que, numa situação de divergência, em razão de a advocacia ter um cunho comercial que pode causar problemas internos, devem ser tratadas com reserva, sem publicidade”, explicou.

Fábio Nogueira disse que “quem ganhará com a utilização da Câmara-IAB será a classe de advogados e a sociedade civil”. O procurador-geral da OAB/RJ destacou a expansão da parceria com o Instituto. “Reafirmo o compromisso assumido pelo presidente Felipe Santa Cruz, no sentido de ampliar a parceria com o IAB, administrado com muito dinamismo pela presidente Rita Cortez”, ressaltou ele, que coordena as comissões temáticas da Seccional, nas quais atuam mais de quatro mil advogados.

Segundo a 3ª vice-presidente do IAB, Adriana Brasil Guimarães, membro da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, “a criação da Câmara-IAB era um desejo antigo da comissão”. Também compareceram à solenidade os diretores de Eventos, Leila Pose Sanches, e de Apoio às Comissões, Adilson Rodrigues Pires; o diretor-secretário Antônio Laért Vieira Junior e o ex-vice-presidente Duval Vianna, integrante da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem.

‘Momento difícil enfrentado pelo País exige união da advocacia’



Da esq. para a dir., Álvaro Fernando da Rocha Mota, Rita Cortez e Jorge Folena

A comemoração pelo aniversário do IAB incluiu, também, o encontro promovido pela presidente Rita Cortez, no dia 9 de agosto, com os presidentes do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados Estaduais, Álvaro Fernando da Rocha Mota, e dos Institutos do Ceará, João Gonçalves de Lemos; de Goiás, Flavio Buonaduce Borges; do Mato Grosso, Fábio Arthur da Rocha Capilé; do Pará, Clovis Cunha da Gama Malcher Filho, e de Pernambuco, Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti. “O momento difícil enfrentado pelo País exige a união das entida-

des representativas da advocacia”, defendeu Rita Cortez.

Durante a reunião, que contou com a presença do diretor de Relações com o Interior do IAB, Jorge Folena, a presidente deu posse como membros efetivos a Fábio Arthur da Rocha Capilé e Álvaro Fernando da Rocha Mota. Para o presidente do Colégio de Presidentes, “é preciso reconhecer que o IAB tem um papel relevante, com o qual as representações estaduais podem colaborar, neste momento em que o mundo jurídico passa por profundas transformações”.



João Gonçalves de Lemos



Flavio Buonaduce Borges



Fábio Arthur da Rocha Capilé



Clovis Cunha da Gama Malcher Filho



Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti

“

Reafirmo o compromisso assumido pelo presidente Felipe Santa Cruz, no sentido de ampliar a parceria com o IAB, administrado com dinamismo pela presidente Rita Cortez

”

Fábio Nogueira

Um espaço para guardar a memória do IAB



Da esq. para a dir., Danielle Marques de Souza, Luciane Torres Santiago Cardoso, Ângela Dias Mendes, Rita Cortez e Hariberto de Miranda Jordão Filho

“O Centro de Memória é uma obra aberta. Hoje, estamos dando o pontapé inicial no projeto que visa a registrar a trajetória do IAB e as suas interferências políticas e jurídicas na história do País”

Rita Cortez

Fotografias e documentos históricos que contam a trajetória de 175 anos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), fundado em 1843, presidido por juristas notáveis como Ruy Barbosa e Sobral Pinto e responsável pela construção do ordenamento jurídico do País e pela criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estão sendo reunidas no Centro de Memória do IAB. No lançamento do espaço digital, em solenidade realizada no dia 10 de agosto na Biblioteca Daniel Aarão Reis, a presidente nacional do IAB, Rita Cortez, afirmou: “O Centro de Memória é uma obra aberta. Hoje, estamos dando o pontapé inicial no projeto que visa a registrar a trajetória do IAB e as suas interferências políticas e jurídicas na história do País”.

O responsável pelo desenvolvimento do projeto é o diretor de Pesquisa e Documentação, Hariberto de Miranda Jordão Filho. Consócio desde 1969, ele foi nomeado por Rita Cortez para presidir a Comissão especial e transitória de apoio à criação e funcionamento do Centro de Memória do IAB. “Vamos enriquecê-lo, progressivamente”, informou o diretor. A comissão é integrada pelos consócios Ângela Dias Mendes, Carlos Alberto

Provenciano Gallo, Danielle Marques de Souza, Isabella Franco Guerra e Luciane Torres Santiago Cardoso. O acervo textual e iconográfico está sendo disponibilizado no site www.memorias.iabnacional.org.br.

Hariberto de Miranda Jordão Filho informou que a memória do IAB está dividida em três fases. A inicial, de 1843 a 1889, chamada de *Muitos desafios, uma vontade*, vai dos primeiros anos de vida do Instituto até o final da Monarquia. Na segunda fase (1889/1930), intitulada *Despertar de um novo tempo*, destacam-se a participação do IAB na elaboração da Constituição Federal promulgada em 1891, dois anos após a Proclamação da República, e a instalação da sede do Instituto no prédio Silogeu Brasileiro (*imagem acima*). Erguido em 1906 pelo prefeito Pereira Passos, o edifício abrigou também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL).

A terceira fase, *Uma nova sociedade à frente*, se inicia em 1930, com a criação da OAB, e se estende até os dias atuais. Com o surgimento da Ordem, que ficou responsável pela defesa do exercício da advocacia, o IAB se firmou como academia jurídica, produzindo pareceres voltados para o aprimoramento do ordenamento jurídico. A terceira fase, segundo Hariberto, destaca também a atuação de membros do IAB na defesa de presos políticos durante a ditadura militar instalada em 1964.



Carlos Alberto Provenciano Gallo e Rita Cortez

Ideias saem do papel na nova *Revista Digital*

A primeira edição da nova *Revista Digital* do IAB, semestral, foi apresentada pela presidente na mesma solenidade de lançamento do Centro de Memória. “O objetivo é prestigiar a produção técnica dos membros do IAB e abrir espaço, também, para juristas que possam contribuir para o engrandecimento da nossa publicação virtual”, afirmou Rita Cortez. A edição inaugural tem como temas centrais os 30 anos da Constituição Federal e os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Conselho Editorial é formado pelo diretor Cultural, Aurélio Wander Bastos, e pela diretora-adjunta Kátia Tavares. “Com uma moderna formatação técnica, a revista será um espaço para ideias e artigos jurídicos comprometidos com os princípios fundamentais do Direito”, afirmou Kátia Tavares, que assina o artigo intitulado *O Direito Penal no estado democrático de direito*. Aurélio Wander Bastos é o autor de *A Constituição de 1988 e o ensino jurídico*.

Os artigos podem ser lidos no site www.digital.iabnacional.org.br. Eles são assinados por: Ana Paula Caldeira e Cláudio Carneiro; Eveline Gonçalves Denardi, Irina Uzzun e Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme; Gabriel Dolabela Raemy Rangel; Jorge Rubem Folena de Oliveira; Luiz Paulo Vieira de Carvalho; Marcos Carnevale; Maria Lucia Sales Gyrão; Marina Lacerda; Pedro Teixeira Pinos Greco; Rodrigo Freitas; Vanusa Murta Agrelli.

Debate

Unificação rechaçada



Da esq. para a dir., João de Lima Teixeira Filho, Rita Cortez, André Fontes, Rosana Salim Villela Travesedo e Manoel Messias Peixinho

Advogados, magistrados e servidores repudiaram a ideia de unificação dos dois segmentos do Judiciário, no debate intitulado *Justiça do Trabalho e Justiça Federal juntas?*, realizado no dia 26 de julho, no Centro Cultural Justiça Federal (RJ), pelo IAB e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). “Temos que enfrentar, desde já, a ideia absurda de extinção da Justiça do Trabalho por meio da sua absorção pela Justiça Federal”, afirmou a presidente do IAB, Rita Cortez, que complementou: “Embora ainda não haja uma PEC com esse propósito tramitando no Congresso Nacional, onde a hipótese está sendo discutida, não podemos correr o risco de vir a debater o tema quando o fato já estiver consumado, conforme ocorreu com a reforma trabalhista, aprovada sem que a comunidade jurídica fosse consultada”.

O presidente do TRF2, desembargador André Fontes, criticou a possibilidade de unificação das justiças, “que possuem natureza e finalidade distintas”, como também a posição de alguns magistrados, para os quais a questão não deveria sequer ser discutida, por não haver uma proposta concreta em tramitação. André Fontes afirmou que a ideia de junção “é uma realidade que precisa ser enfrentada”. O presidente da Comissão de Direito Administrativo do IAB, Manoel Messias Peixinho, também criticou os que consideraram a discussão inoportuna. “A resistência ao debate de alguns temas, por razões corporativistas, só gera desconhecimento”, argumentou.

O presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT), João de Lima Teixeira Filho, sintetizou: “As duas justiças são água e óleo, não há como misturá-las”. Para a vice-presidente do TRT da 1ª Região, desembargadora Rosana Salim Villela Travesedo, “os que apregoam que a Justiça do Trabalho não deveria existir não deveriam ter nascido”.

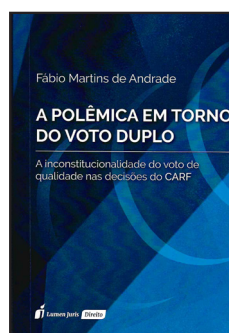
Estante

Espaço de divulgação de livros doados à Biblioteca Daniel Aarão Reis



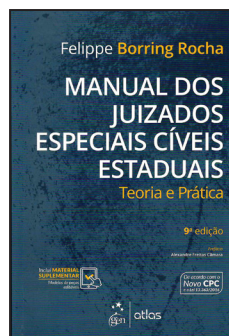
BARBOSA, Pedro Marcos Nunes e BARBOSA, Denis Borges. *O Código da Propriedade Industrial conforme os tribunais – Volume 1 - patentes*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Após sete anos de pesquisa, os autores, cada um ao seu modo de análise, oferecem uma reflexão corajosa acerca do Código de Propriedade Industrial e dos institutos jurídicos a ele relacionados, interpretando a norma e o tratamento judicial do Direito.



ANDRADE, Fábio Martins de. *A polêmica em torno do voto duplo: a inconstitucionalidade do voto de qualidade nas decisões do Carf*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

A obra demonstra o caráter inconstitucional do voto duplo conferido aos presidentes de câmara e turmas, para fins de desempate, após já terem votado como membros do colegiado, nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).



ROCHA, Felipe Borring. *Manual dos Juizados Especiais Cíveis estaduais: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2017.

O livro traz uma abordagem inovadora da parte cível da Lei 9.099/1995, que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, à luz das diretrizes do Código de Processo Civil (2015), visando ao aprimoramento dos instrumentos daqueles órgãos do Judiciário.

‘A criminalização do aborto não se sustenta’

Autora de parecer favorável à descriminalização da interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana da gravidez, Kátia Tavares, da Comissão de Direito Penal do IAB, afirma: “Impõe-se uma brutal diferença, pois a mulher rica tem condições de pagar pelo aborto, com segurança e higiene, enquanto a mulher pobre recorre a pessoas sem qualificação médica, sob o risco de hemorragias graves que podem levá-la à morte”. No dia 6 de agosto, no STF, a advogada participou da audiência pública sobre a questão e entregou à ministra Rosa Weber, relatora da ADPF 442, o seu parecer favorável à ação ajuizada pelo Psol, para que a corte declare inconstitucionais os artigos do Código Penal que criminalizam o aborto.



“O Supremo vem enfrentando a questão da descriminalização do aborto através de entendimentos cumulativos de jurisprudência. (...) São demonstrações que apontam para a construção de um processo histórico e político de descriminalização do aborto”

Quais são os principais argumentos da ADPF 442 acolhidos no seu parecer?

Eles se fundamentam em várias razões jurídicas, pois a criminalização do aborto pelo Código Penal de 1940 não se sustenta por violar os preceitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da inviolabilidade da vida, da liberdade, da igualdade, da proibição de tortura ou tratamento desumano ou degradante, da saúde e do planejamento familiar das mulheres. A ADPF defende a inconstitucionalidade da incidência dos artigos 124 e 126 do CP, no caso de interrupção induzida e voluntária da gestação nas primeiras 12 semanas de gravidez.

Que pontos de vista preponderaram na audiência pública no STF?

A questão religiosa foi a que mais se destacou. Por outro lado, também foi abordado que a descriminalização do aborto deveria ser da competência do Congresso Nacional, e não do STF.

A criminalização do aborto mantém o Brasil na contramão dos países mais avançados?

Evidentemente. No século XX, o primeiro país a descriminalizar o aborto foi a Rússia, em 1920. Depois, a Bélgica, em 1933, seguida por vários países europeus, chegando até a Noruega, em 1960. A partir dos anos 1970, em diferentes países democráticos, como os Estados Unidos da América, a Alemanha, a França e, mais recentemente, Colômbia e Portugal, estabeleceu-se uma política de descriminalização determinada por suas cortes constitucionais.

Que argumentos sustentam a tese de que o aborto deve ser tratado exclusivamente como caso de saúde pública?

Deixando de lado a hipocrisia, todos sabem que a gravidez indesejada é frequentemente interrompida em clínicas clandestinas. Ao mesmo tempo, impõe-se uma brutal diferença, pois a mulher rica tem condições de pagar pelo aborto, com segurança, higiene e cuidados, enquanto a mulher pobre, desesperada, acaba recorrendo a pessoas sem qualificação médica, sob o risco de hemorragias graves que podem levá-la à morte. Especialistas estimam que sejam feitos no Brasil mais de um milhão de abortos clandestinos por ano.

As últimas decisões do STF relacionadas à vida intra-uterina apontam para o fim da criminalização?

O Supremo vem enfrentando a questão da descriminalização do aborto através de entendimentos cumulativos de jurisprudência. No julgamento da ADI 3.510, em 2010, autorizou a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias e definiu que a personalidade jurídica se estabelece somente a partir do nascimento. Em 2012, na ADPF 54, garantiu às gestantes de fetos anencéfalos o direito à interrupção da gestação. Em 2016, no julgamento do habeas corpus 124.306, ao conceder a liberdade aos funcionários de uma clínica clandestina, concluiu pela inconstitucionalidade da criminalização no primeiro trimestre da gestação. São demonstrações que apontam para a construção de um processo histórico e político de descriminalização do aborto, em proteção aos direitos fundamentais das mulheres.